



EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica a abertura das inscrições para o curso '**DIREITO DIGITAL NA ESFERA CÍVEL**', aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 8 de dezembro de 2022, sob a coordenação de Walter Salles Mendes, coordenador da EJUS1, e Miguel da Costa Santos, chefe de seção judiciário da EJUS1.2, que será realizado exclusivamente na modalidade a distância, no período de **5 de abril a 5 de maio de 2023**.

OBJETIVOS: Propiciar formação continuada e aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com a implementação de cursos na área jurídica, à luz da legislação, da doutrina e da evolução jurisprudencial, integrando teoria e prática. Possibilitar estudo dirigido dos desafios impostos ao direito para acompanhar a evolução tecnológica, tendo como ponto de partida a legislação brasileira. Analisar de modo prático a usucapião (teoria geral) e os aspectos processuais da ação de usucapião de domínios de internet. Apresentar um panorama geral acerca do tratamento dos bens no ordenamento jurídico brasileiro e acerca da sucessão de bens digitais, para a melhor aplicação da lei quando da destinação da herança digital. Acompanhar a evolução da jurisprudência sobre direito ao esquecimento, liberdade de expressão, vazamento de dados sensíveis, entre outros temas atuais de direito digital. Oferecer subsídios teóricos e práticos aos que atuam com a matéria, objetivando facilitar essa atuação a partir do compartilhamento de conteúdo jurídico atualizado.

PÚBLICO-ALVO: Servidores lotados nas unidades judiciais, oficiais de justiça, assistentes jurídicos, assistentes judiciários e estagiários de nível superior do Tribunal de Justiça (TJSP).

VAGAS OFERECIDAS: 1000 (mil) vagas para a modalidade a distância.

Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: das 9h de 1º de março às 18h de 31 de março de 2023.

Para se inscrever os interessados deverão acessar a página da EJUS por meio da intranet > Servidores > Ver Mais > EJUS > Sala de Alunos ou pelo site do Tribunal de Justiça na aba INSTITUCIONAL > ESCOLAS.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. As inscrições de estagiários devem ser solicitadas através do e-mail de contato, após prévio cadastro no sistema da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/cursos>.
4. **O curso deverá ser acessado no período de 5 de abril a 5 de maio de 2023.**
5. O material de estudo e os vídeos estarão disponíveis na sala de aula da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/sala/meus-cursos>.
6. No caso de o servidor inscrever-se em atividades da EJUS e não obtiver aprovação e frequência igual ou superior a 75%, ficará impedido de participar de outros cursos ou palestras, pelo prazo de 90 dias.
7. Incorre no mesmo impedimento aquele que desistir da participação após o encerramento do período de inscrições.
8. Com exceção de ausências motivadas por caso fortuito ou força maior, não serão deferidas as justificativas por: a) absoluta necessidade de serviço; b) exames e consultas médicas agendadas; e c) faltas compensadas e abonadas, férias regulamentares, licenças e demais afastamentos previstos em lei.
9. As impugnações do bloqueio deverão ser pleiteadas no prazo de 10 dias corridos, contados a partir do envio do e-mail de notificação do bloqueio.
10. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para: ejus.eventos@tjsp.jus.br.

PROGRAMAÇÃO:

AULA 1

Tema: Desafios impostos ao direito para acompanhar a evolução tecnológica.

Conteúdo programático: 1. A revolução das comunicações, a internet e as redes sociais. 1.1 Principais conceitos relacionados. 1.2 Agentes na internet: provedores de aplicação, provedores de conexão. 2. Os desafios impostos ao



direito para regulação. 3. A legislação brasileira no que se refere à responsabilização civil. 4. Marco civil da internet – MCI, e seu regime de responsabilização. 4.1 Principais conceitos relacionados. 4.2 A garantia da liberdade de expressão (Art. 3º do MCI). 4.3 A proteção da privacidade. 4.4 A inviolabilidade da intimidade e da vida privada (Art. 7º). 4.5 O sigilo das informações (Art. 7º). 5. A Lei Geral de Proteção de Dados e sua observância pelos agentes públicos. 6. Jurisprudência sobre o tema.

Palestrante: Marina Gabriela Menezes Santiago - Assistente Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotada no gabinete de trabalho da juíza Camila Rodrigues Borges de Azevedo, 19ª Vara Cível Central – Comarca da Capital. Mestranda em Função Social do Direito pela FADISP. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com pós-graduação lato sensu em Direito Civil pela Universidade São Judas Tadeu e em Direito Tributário pela Escola Paulista de Direito.

AULA 2

Tema: Usucapião de domínios de internet.

Conteúdo programático: 1. Usucapião de domínios de internet. 1.1 Aspectos gerais da usucapião. 2. Propriedade imaterial (ou direito intelectual/imaterial). 3. Propriedade virtual (direitos virtuais). 4. Domínios eletrônicos em sítios de internet. 5. Usucapião de domínios de internet. 6. Aspectos processuais. 7. Do reconhecimento judicial da usucapião. 8. Jurisprudência sobre o tema.

Palestrante: Marina Gabriela Menezes Santiago - Assistente Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotada no gabinete de trabalho da juíza Camila Rodrigues Borges de Azevedo, 19ª Vara Cível Central – Comarca da Capital. Mestranda em Função Social do Direito pela FADISP. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com pós-graduação lato sensu em Direito Civil pela Universidade São Judas Tadeu e em Direito Tributário pela Escola Paulista de Direito.

AULA 3

Tema: Herança digital.

Conteúdo programático: 1. Bens. 1.1 Tipos de bens. 1.2 O tratamento dos bens no ordenamento jurídico brasileiro. 1.3. Bens digitais. 1.3.1 Conceito, natureza jurídica e tratamento legal. 1.3.2 Classificação dos bens digitais. 1.3.3 Relevância da atribuição de valor econômico ao bem digital. 2. Direitos sucessórios e bens digitais. 2.1. Fundamento do direito das sucessões. 2.2 Vocação hereditária. 2.3 Testamento digital. 2.4. Da herança. 2.4.1 Conceito de herança. 2.4.2 Da abertura da sucessão. 3. Cessão e sucessão dos bens digitais. 3.1 Da herança digital. 3.1.1 Herança digital: controvérsias na destinação dos bens. 4. A proteção ao direito de privacidade. 5. O direito de personalidade pós-morte. 5.1 Perfis de pessoas falecidas e a questão da herança digital. 6. Tutela jurídica da herança digital no direito brasileiro. 7. Jurisprudência sobre o tema.

Palestrante: Daniela Germano Moura de Quadros - Assistente Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotada no gabinete de trabalho da juíza Ana Paula Macéa Ortigosa, 3ª Vara do Juizado Especial Cível – Comarca de Guarulhos. Possui bacharelado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014). Pós-graduação em Direito, Direito Civil e Processo Civil pela Escola Paulista de Direito (2017). Profissional com mais de 2 anos de atuação na área jurídica privada e pública. Ganhadora do III Prêmio Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça, na categoria "Acadêmicos de Graduação em Direito".

AULA 4

Tema: Questões atuais de direito digital e a jurisprudência.

Conteúdo programático: 1. A remoção de conteúdo. O direito ao esquecimento. 2. Fake news. 3. Perfis falsos (fake profiles). 3.1 Usuários menores de idade. 3.2 Falsas identidades. 4. Discurso de ódio. 4.1 Liberdade de expressão vs discurso de ódio. 4.2 Responsabilidade civil por discurso de ódio na jurisprudência. 5. Milícias digitais. 6. O fornecimento de dados cadastrais (REsp 1.914.596/RJ). 7. A quebra do sigilo de dados de usuários não identificados. 8. Vazamento de dados sensíveis. 9. Títulos de crédito eletrônicos e assinatura digital (Art. 889, §3º do Código Civil brasileiro). 10. Direitos do consumidor e responsabilidade civil das plataformas digitais.

Palestrante: Daniela Germano Moura de Quadros - Assistente Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotada no gabinete de trabalho da juíza Ana Paula Macéa Ortigosa, 3ª Vara do Juizado Especial Cível – Comarca de Guarulhos. Possui bacharelado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014). Pós-graduação em Direito, Direito Civil e Processo Civil pela Escola Paulista de Direito (2017). Profissional com mais de 2 anos de atuação na área jurídica privada e pública. Ganhadora do III Prêmio Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça, na categoria "Acadêmicos de Graduação em Direito".

METODOLOGIA: Aulas teórico-expositivas, com estudos de casos e de julgados, com apoio em slides.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)